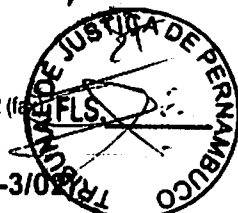




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

330  
34  
sem  
efeito  
ly



**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 136816-3/04 (ref. ao AReg 136816-3/04)**

EMBARGANTE.....: Mariano Pedro Mattos

EMBARGADA.....: IAB Assessoria Tributária Ltda.

RELATOR.....: DES. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA

PRIMEIRO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

5509  
12

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO DE PONTO SOBRE O QUAL DEVIA PRONUNCIAR-SE O TRIBUNAL.

1 - Inexistindo no acórdão obscuridade, contradição ou omissão em relação à matéria posta para julgamento, rejeitam-se os embargos.

2 - Decisão unânime.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração nº 136816-3/04, da Comarca de Recife, em que figuram como embargante MARIANO PEDRO MATTOS e embargada IAB ASSESSORIA TRIBUTÁRIA LTDA., no julgamento realizado em 06/01/2010, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos da ementa e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

Des. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA - Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

SEM EFEITO  
38  
FLS  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 136816-3/04 (AReg 136816-3/02)**

EMBARGANTE.....: Mariano Pedro Mattos

EMBARGADA.....: IAB Assessoria Tributária Ltda.

RELATOR.....: DES. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA

PRIMEIRO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

**RELATÓRIO**

Trata-se de embargos de declaração contra o acórdão proferido no **agravo regimental nº 136816-3/02** em apenso que, por unanimidade, negou provimento ao recurso interposto por Mariano Pedro Mattos.

Alega o embargante, em síntese, omissão, obscuridade e contradição do acórdão, uma vez que **"não foi analisada a principal alegação do Embargante no que diz respeito à falta de publicação das decisões que se deram por determinar o valor da causa"**. (fls. 04)

Requer, deste modo, o provimento do recurso, para **"sanar as omissões e obscuridades e contradições constantes no julgamento, até mesmo para fins de prequestionamento, esclarecer a existência ou não de violação aos princípios da publicidade dos atos processuais (artigos 5º, LX e 37 da CF/88 e artigos 155 e 236 do CPC), do contraditório e da ampla defesa (artigo 5º, LV da CF/88), nas decisões de fls. 770 e 785 dos autos, na forma da matéria preliminar anteriormente levantada"** (fls. 15)

A parte contrária, conquanto devidamente intimada, não se pronunciou nestes autos, conforme a certidão de fls. 27.

Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o de logo a julgamento.

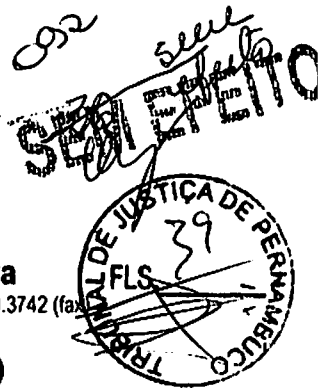
É o relatório.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 136816-3/04 (AReg 136816-3/02)**  
EMBARGANTE.....: Mariano Pedro Mattos  
EMBARGADA.....: IAB Assessoria Tributária Ltda.  
RELATOR.....: DES. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA  
PRIMEIRO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

### VOTO

Senhor Presidente,  
Senhor Desembargador,  
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Eis a ementa da decisão recorrida: (fls. 26 do AReg 136816-3/02)

"AÇÃO RESCISÓRIA. FALTA DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS IMPUGNADOS. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. DECISÕES QUE DETERMINAM A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA CAUSA PELA TABELA DO ENCOGE. CABIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. a) O comparecimento das partes, de maneira espontânea, supre a falta de intimação das decisões ainda não publicadas, não se cogitando em ocorrência de nulidade. b) Na ação rescisória o valor da causa deve corresponder àquele postulado na ação de origem, atualizado monetariamente até a data do seu ajuizamento. Entretanto, questões referentes ao valor da causa, quando calculado, devem ser alegadas no momento oportuno, no caso, em sede de impugnação ao valor à causa."

A respeito da alegação de que o acórdão não abordou expressamente todos os artigos apontados pelo embargante, é entendimento pacífico ser suficiente que o órgão julgador haja debatido e decidido a questão controvertida. Por outro lado, se a matéria jurídica tratada nos autos foi enfrentada, a exigência do prequestionamento está preenchida, mesmo sem a citação dos dispositivos invocados pela parte.

Nesse sentido, trago julgados desta Corte:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE DO JULGADOR REBATER UM A UM ARGUMENTOS INVOCADOS PELA PARTE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. NÃO PROVIMENTO. 1-Ausente as alegadas omissões e obscuridades, é de se negar provimento aos embargos declaratórios. 2-O Superior Tribunal de Justiça já tem entendimento pacífico de que os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo (omissão, obscuridade ou contradição). 3-O julgador não está obrigado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**  
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

093  
Su  
ef  
15/12/08  
AL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
FLS. 40

(art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência e da legislação que entender serem aplicáveis ao caso." (Embargos de Declaração 151476-5/01, Relator do Acórdão Des. Leopoldo de Arruda Raposo, 5ª Câmara Cível, J. 19/12/2008)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MERO INCONFORMISMO DA PARTE QUANTO AO ENTENDIMENTO ADOTADO NA DECISÃO RECORRIDA. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ ANALISADAS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. Imprescindível a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada para procedência dos aclaratórios; Inexiste omissão quanto à alegação de impossibilidade jurídica e técnica de cumprimento da decisão do juízo a quo, pois a Câmara analisou a matéria esposada, mantendo o entendimento do d. monocrático; **A controvérsia foi dirimida e o julgador não está obrigado a manifestar-se sobre todos os pontos invocados pelos contendores, desde que os fundamentos utilizados para decidir o litígio tenham sido suficientes para consolidar seu convencimento;** Não configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 535, visando a parte unicamente rediscutir matéria já apreciada, os embargos não devem ser conhecidos. (Embargos de Declaração 169743-6/01, Rel. Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, 2ª Câmara Cível, J. 3/12/2008)

Com efeito, embora não tenha havido menção expressa a todos os artigos mencionados na peça dos embargos, este Órgão Colegiado decidiu a questão trazida no agravo regimental, notadamente a suposta ofensa ao Princípio da Publicidade.

Destaco, assim, do voto do eminente Des. José Fernandes, prolator da decisão ora embargada: (fls. 28 e 29)

"A alegada nulidade das decisões por desrespeito ao princípio da Publicidade dos Atos Processuais improcede, pois tendo o agravante comparecido espontaneamente e tomado conhecimento das decisões impugnadas (fls. 800 dos autos da ação rescisória) suprir a falta de intimação das decisões ainda não publicadas. **Por outro lado, a parte adversa tomou conhecimento das referidas decisões, tanto assim que complementou o depósito e as custas.**

...

Quanto à irresignação do agravante sobre a maneira do cálculo do valor da causa, também não lhe assiste razão, pois na ação rescisória, este valor deve corresponder àquele postulado na ação de origem, atualizado monetariamente até a data do ajuizamento daquela.

...

**Por outro lado, as decisões vergastadas não homologaram o valor atribuído à causa, apenas determinaram a remessa dos autos ao contador para o devido cálculo dentro dos parâmetros traçados."**

(grifei)

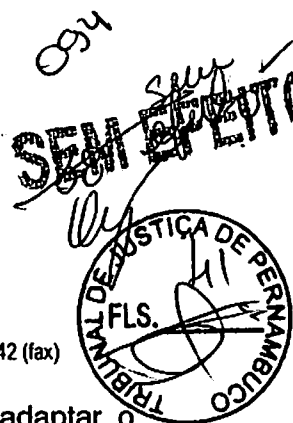
Os argumentos expendidos pelo recorrente demonstram, a toda evidência, a sua pretensão de rediscutir questões já decididas e devidamente



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)



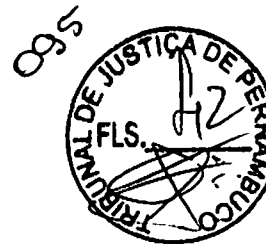
fundamentadas. No entanto, não se presta o presente recurso para adaptar o acórdão ao entendimento do embargante, nem para combater a orientação ali adotada.

Deste modo, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, rejeitando os embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

Des. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA  
Relator



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)**

O eminente Relator conhece, porém rejeita os Declaratórios.

Está em discussão.

Eminente Relator,

Só uma preocupação de ordem formal. Ouvi, do voto de Vossa Excelência: a decisão embargada é da lavra do Desembargador José Fernandes de Lemos?

---

**DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA (RELATOR)**

Exato.

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)**

Penso que convém que a Corte se manifeste sobre a questão para evitar a oposição de novos Embargos. O eminente Relator, Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva, substitui o Desembargador José Fernandes neste Grupo de Câmaras à conta de que Sua Excelência está, hoje, compondo a Mesa Diretora, ocupando o cargo de Corregedor Geral.

Indago se todos estão de acordo em que Sua Excelência, o Desembargador Antônio Carlos, como Substituto, relate, como o fez, os Embargos ou se o Órgão entende diferentemente.

---

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**

Para ser coerente, como eu também substituo o Desembargador que compõe a Mesa Diretora deste Tribunal, o Desembargador Bartolomeu Bueno, e de acordo com a decisão tomada pela Corte Especial, eu encaminho os feitos que tais a Sua Excelência, exatamente para evitar qualquer recurso a ser interposto.

Essa é a minha posição.

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)**

Alguém quer mais se manifestar?



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES**

Eu gostaria, Presidente, de deixar acentuado o seguinte: há, hoje, uma tendência imoderada no sentido da simplificação dos julgamentos. O Desembargador José Fernandes, para além de integrar a Mesa Diretora, está gozando férias, quer dizer, nós aguardarmos o retorno do Desembargador José Fernandes para julgar Embargos de Declaração talvez contribuísse em boa medida para protelar o julgamento definitivo da questão.

Um outro ponto que eu chamo a intervir, talvez possa ser considerado aqui para efeito de julgamento, é a regra que trata do princípio da identidade física do Juiz. O princípio da identidade física do Juiz foi, em boa medida, mitigada porque o art. 131, do Código de Processo Civil, diz que o Juiz que concluir a instrução do processo está vinculado a prolatar a decisão de mérito, só não valendo esta regra se ele estiver, por qualquer motivo, afastado da função jurisdicional. Ele foi promovido, removido, aposentado, faleceu, está de férias? Se ele está de férias não está no exercício da função jurisdicional, se não está no exercício da função jurisdicional o seu Substituto pode julgar o mérito da causa, quer dizer, talvez esse dispositivo ajude na compreensão de que o eminente Desembargador Antônio Carlos, substituindo o não menos eminente Desembargador José Fernandes, pode relatar, processar e julgar os Embargos de Declaração. Os Tribunais de todo o país têm admitido isso, o Tribunal Federal da 5ª Região tem admitido esse julgamento, exatamente com os olhos voltados para a celeridade da prestação da tutela jurisdicional.

Eu tenho notícia de uma decisão da Corte Especial em sentido contrário. Os eminentes Pares podem me ajudar nesse sentido, dizer que, mesmo estando integrando a Corte Especial, o Desembargador ficaria vinculado ao julgamento dos Embargos de Declaração. Eu acho que é chegada a hora de nós revisitarmos essa corrente para admitirmos o julgamento dos Aclaratórios.

Apenas essa a minha brevíssima intervenção, respeitando, evidentemente, todos aqueles que entendem de forma diferente.

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)**

De modo que, peço que conste das Notas Taquigráficas que a questão de natureza formal quanto à assunção da relatoria dos Embargos de Declaração pelo eminente Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva foi analisada pelo Órgão Julgador e, por maioria, foi admitida a regularidade dessa relatoria.

No mérito, todos estão de acordo?

---

**OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES EDUARDO SERTÓRIO, JOSÉ CARLOS PATRIOTA, RICARDO PAES BARRETO, JOÃO**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

BOSCO GOUVEIA, FREDERICO NEVES, CARLOS FREDERICO MORAES E  
SÍLVIO ROMERO VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

---

**DECISÃO:**

"A QUESTÃO FORMAL DA RELATORIA FOI ENFRENTADA PELO COLEGIADO  
E JULGADA REGULAR.  
POR UNANIMIDADE, FORAM CONHECIDOS, PORÉM REJEITADOS OS  
DECLARATÓRIOS".

---